

**Uma análise de correlação espacial nas votações para prefeito
e governador no município de Três Rios**

Eric Nogueira

2015

Resumo

É comum ouvir através do senso comum característico de três rios, que o governo de Sérgio Cabral e do PMDB, partido comum do seu atual e aprovadíssimo prefeito, Vinicius Farah, foram responsáveis por uma grande evolução econômico-social em três rios. Interessante verificar que o atual prefeito se reelegeu com mais de 80 por cento dos votos validos (83,22%), muito embora tenha sido eleito em 2008 com 50% dos votos validos, um aumento considerável de popularidade. Ainda mais notável é verificar que seus antecessores nas eleições de 1996, 2000 e 2004, ganharam as eleições com 36%, 47% e 50% dos votos validos respectivamente. O que poderia ter ocorrido para que o moral do prefeito e, conseqüentemente, do PMDB se elevasse tanto? É interessante notar que seu antecessor, Celso Alencar Ramos Jacob, também vinha de uma reeleição e que havia migrado sua filiação do PDT para o PMDB. Teria ocorrido o chamado “voto econômico” neste caso específico? Teria o prefeito, juntamente com suas conexões com o PMDB e Sergio Cabral, elevado a condição socioeconômica de três rios e, por conta disso, sua aprovação elevou? Essa são algumas das questões que pretendo trabalhar.

Introdução

O objetivo geral deste trabalho visa averiguar, em primeiro lugar, o senso comum de três rios, ou seja, se realmente o dito “voto econômico” teve implicações reais ou imaginárias no senso percebido pela população e em segundo lugar, pretende-se verificar a dimensão espacial dessa percepção.

Como o chamado “voto econômico” pode ser tanto uma verificação real de crescimento econômico regional, quanto um crescimento pessoal de dimensão particular ou ainda uma falsa percepção deste crescimento, por conta de propaganda subjetiva, sem um embasamento real, pretende-se com este trabalho analisar os dados fornecidos pelo IBGE sobre IDHM, PIB, PIB per capita, dentre outros indicadores, a fim de averiguar se houve ou não um crescimento substantivo.

A dimensão espacial, que também será um dos objetivos deste estudo, visa verificar se o crescimento econômico acompanha as votações para prefeito. Serão analisados os locais de votação de Três Rios. Seria importante verificar se existe alguma uma relação espacial, seja entre ambiente urbano e rural, ou entre bairros mais pobres e mais ricos.

Por fim, será feita uma verificação entre as votações para prefeito e para Governador, afim de averiguar uma possível correlação entre os votos e o fortalecimento das bases eleitorais do PMDB em Três Rios.

Algumas hipóteses devem ser testadas neste trabalho. A primeira seria que Três Rio foi beneficiado tão somente pelo crescimento geral que experimentou o país e que com algumas doses de propaganda foram atribuídas a aliança entre prefeitura e governo estadual sob o PMDB. Uma segunda hipótese seria a de que o centro de Três Rios, muito beneficiada pelo desenvolvimento sob a administração do PMDB, teria votado em peso no PMDB, enquanto que os setores mais afastados não. Por fim, uma terceira hipótese seria a de que o PMBD teria feito um esforço bem sucedido em ocupar o espaço cedido pela queda do PDT enquanto força política no Estado do Rio de Janeiro.

Serão coletados os dados das eleições desde 1982 até 2014 para análise de correlação entre os votos para prefeito e governador e para distribuição espacial dos locais de votação no município de Três Rios.

Num primeiro momento, estabeleço o histórico de discussões sobre algumas teorias de comportamento eleitoral, para situar o leitor nas discussões sobre ideologia e o conceito de Sartori, utilizado neste trabalho, de “voto por imagem”. Posteriormente abordarei sobre o que a literatura internacional sobre geografia eleitoral tem argumentado sobre a influência do contexto físico no comportamento eleitoral. E, por fim, irei descrever e analisar o histórico de eleições em Três Rios e a súbita mudança da base eleitoral na cidade.

O Comportamento Eleitoral

Os estudos e pesquisas sobre o comportamento eleitoral na agenda de cientistas políticos e sociólogos são relativamente recentes. Considerando que o alargamento do sufrágio e a configuração de eleições seguras e regulares são, também, um fenômeno recente, pode-se dizer que seu aprofundamento só se tornou sólido a partir do século XX.

Poder preenchido mediante eleições regulares, com segurança mútua e com sufrágio universal só ocorreu em 1893 na Nova Zelândia; em 1902 na Austrália; em 1913 na Noruega; em 1915 na Dinamarca; em 1919 na Alemanha e na Holanda; em 1921 no Canadá e Suécia; em 1923 na Irlanda; em 1929 da Inglaterra (SANTOS, 1998).

Apesar disso, a geografia como prática intelectual tem uma longa história, fornecendo as bases para a sociologia eleitoral. As primeiras pesquisas sobre geografia eleitoral consideravam características geomorfológicas como influenciadoras do comportamento humano. De acordo com esses estudos, a formação geológica, que determinaria o tipo de ocupação econômica e social da região, influenciaria, por tabela, o comportamento sociopolítico dos eleitores.

Os estudos inovadores de André Siegfried em 1913, argumentou que havia uma diferenciação de preferências políticas na França, baseadas em diferenças geológicas. O norte seria mais elitista, católica e de direita, por conta de uma formação de solo granítico, que teve uma ocupação mais rural e com pouca concentração dos habitantes e o sul com sua formação de calcário, apresenta maior densidade demográfica, um peso menor da igreja católica e um eleitorado menos elitista ou de direita (TERRON, 2009, p. 25).

O argumento não estabelecia uma relação causal entre o solo e a mentalidade política da região, mas sim uma composição sociopolítica da propriedade, determinada por características do solo e que influenciavam no pensamento político do eleitorado.

O final da segunda guerra e a derrocada da onda ditatorial na Europa, pôs em curso uma nova onda democrática possibilitando um amplo desenvolvimento dos estudos sobre comportamento eleitoral. O campo dos estudos voltados para a natureza do comportamento humano ganhou certa atenção neste período e as ciências sociais se fortaleceram. Deste modo, os estudos da sociologia eleitoral foram crescendo e mapas eleitorais foram sendo produzidos para enriquecimento das análises.

As tentativas de se compreender as motivações do comportamento eleitoral culminaram no desenvolvimento de três grandes escolas de explicação do voto, a saber, a sociológica, a psicossociológica e a econômica ou da escolha racional. Considerando essas três escolas de pensamento, pode se dizer que o conceito de ideologia aparece presente como importante influenciadora do voto tanto na escola sociológica quanto na econômica, muito embora tenha sido duramente criticada pela escola psicossociológica. Ainda assim, tal conceito veio a tornar-se um dos principais componentes explicativos do comportamento eleitoral por autores que mesmo incorporando aspectos da formulação psicossociológica, argumentaram no sentido de que a ideologia seria de todo modo muito importante na decisão do voto.

A ideia de que a ideologia seria uma das principais orientadoras do voto foi inicialmente sistematizada por Lipset (1967) em *Political Man*. Esta obra, publicada pela primeira vez em 1959, trazia estudos sociológicos realizados desde a década de 1920, um período marcado, também, pelo início das pesquisas com *surveys*. Lipset vai argumentar que o elemento mais constante na história da competição eleitoral, ao longo de décadas e de vários países observados, é a ligação entre classes sociais e partidos políticos. A situação socioeconômica do eleitor, influenciaria, em grande medida, a sua inclinação política. Não significa dizer que todo trabalhador votaria na esquerda ou que todos os membros das classes sociais mais altas votariam na direita. O que Lipset afirma, é a tendência percebida no decorrer das pesquisas feitas a partir da geografia do voto, com entrevistas repetidas realizadas com um mesmo eleitor durante os meses da campanha, concluindo ao final que as preferências partidárias e a ocupação socioeconômica do eleitor possuem uma correlação mais forte do que se poderia atribuir ao acaso (SINGER, 1999).

Mas não seria a ligação entre partidos e classes sociais a única presente nas conclusões de Lipset. Haveria também um forte vínculo entre classe e posição ideológica, variando da esquerda para a direita.

[Digite aqui]

A análise política e sociológica da sociedade moderna em termos de esquerda, centro e direita reporta-se aos tempos da Primeira República francesa, quando os delegados se sentavam, de acordo com a respectiva cor política, num hemicírculo contínuo desde os mais radicais e igualitários, à esquerda, até os mais moderados e aristocráticos, à direita. A identificação da esquerda com a advocacia da reforma social e do igualitarismo e da direita com a aristocracia e o conservadorismo aprofundou-se à medida que a política passou a ser definida como choque entre classes (LIPSET. 1967, p. 136 e 137).

O argumento principal vai destacar que “as questões econômicas e de estratificação esquerda-direita estão presentes, provavelmente, no espírito dos eleitores comuns” (LIPSET. 1967, p. 234). Assim, o elemento de classe seria o mais importante no direcionamento do voto e a ideologia permitiria ao cidadão comum reconhecer os partidos para além das políticas imediatas que defendem contribuindo, deste modo, para saberem com mais profundidade o papel mais amplo que desempenham da competição política. A ideologia seria uma variável de longo prazo e também uma linguagem comum aos eleitores e partidos que seriam então distinguidos uns dos outros na dimensão esquerda-direita.

Anthony Downs (1957) chega a conclusões semelhantes no que diz respeito a importância do papel da ideologia no comportamento eleitoral. Sua explicação, no entanto, parte de fundamentos metodológicos inteiramente diferentes das de Lipset. Considerado o fundador da escola econômica de análise política, ou da escolha racional, Downs vai partir do pressuposto que o eleitor se comporta diante das urnas como um consumidor de mercado, ou seja, buscando diminuir custos e aumentar benefícios. E os partidos, por sua vez, não representam interesses que não os deles próprios, ofertando políticas públicas e candidatos na expectativa de capitalizar votos. O eleitor trocava voto por política pública e os partidos ofertariam políticas públicas para obter votos.

Na teoria de Downs, embora os partidos não representem classes, por ser a dinâmica da competição política similar à da competição dentro de um mercado econômico, ainda assim, a ideologia possui um papel fundamental. Segundo Downs, a importância da ideologia está na linguagem sintética que ela possui. Ou seja, a ideologia seria um atalho que economiza custos de informação para o eleitor. Ao diferenciar os partidos em bandeiras simples e de fácil compreensão, a ideologia dá ao eleitor a possibilidade de distinguir os partidos sem a necessidade de que este conheça ou busque conhecer as inúmeras políticas específicas que cada um deles propõe para o futuro ou tenha adotado no passado. Para este argumento, o enorme custo que o eleitor teria em se inteirar dos inúmeros detalhes das políticas públicas é quase sempre maior, do ponto de

[Digite aqui]

vista individual, do que o benefício resultante. A ideologia demonstraria diferenças básicas e de fácil entendimento, que facilitaria a decisão do voto. Para este ponto de vista, torna-se ainda mais econômico caso a ideologia dos partidos e eleitores não mudem ao longo do tempo, pois assim não seria necessário sequer compreender as diferenças ideológicas.

A sugestão de Downs para a análise política da competição partidária, seria a de que o processo democrático pode ser compreendido como um sistema de competição espacial, por analogia ao modelo de competição espacial usado pela ciência econômica. De acordo com seu argumento, os eleitores poderiam ser distribuídos ao longo de um contínuo que vai da esquerda para a direita e os partidos, tal como lojas ofertando seus produtos, situar-se-iam no ponto mais lucrativo para atrair o maior número de consumidores-eleitores.

A escola psicossociológica, iniciada por pesquisadores da Universidade de Michigan durante os anos de 1950, no entanto, buscou refutar a tese tanto da escola sociológica quanto da econômica sobre a importância decisiva da ideologia no comportamento eleitoral.

A grande questão para os pesquisadores de Michigan, era que as análises tanto da escola sociológica quanto econômica, inferiam no ato de votar uma causa que não demonstravam empiricamente. Lipset sabia, através dos surveys, que havia uma correlação entre posição de classe e voto e também sabia que os partidos se situavam ideologicamente numa linha que vai da esquerda para a direita. Partindo desses dados, deduziu que o eleitor estaria com as questões econômicas e da linha esquerda-direita na cabeça no momento de votar. Segundo a escola psicossociológica esta dedução não se comprovava na prática, pois a maioria dos eleitores pesquisados em suas pesquisas, não demonstravam estar com esta linha esquerda-direita na cabeça (SINGER. 1999).

Os pesquisadores de Michigan partiram do pressuposto que não se poderia deduzir o comportamento do eleitor no momento do voto. Seria necessário estudar empiricamente as razões individuais que os levavam a tomar suas decisões. A partir disso, foi desenvolvido surveys com perguntas abertas. Essas perguntas buscavam saber suas opiniões sobre os partidos e candidatos democratas e republicanos. A proposta colocava num extremo os eleitores “ideológicos”, que seriam aqueles em que nas respostas aparecessem referências a tipologia liberal-conservador, que nos Estados Unidos

[Digite aqui]

substituiria a esquerda-direita. Ou seja, que usavam espontaneamente nas suas respostas, os termos “liberal” e “conservador”, e classificaram tais respostas em dois subgrupos, os “ideológicos” e os “quase-ideológicos. No outro extremo, estariam as respostas sem referências a questões ideológicas, apenas fazendo menção aos atributos dos candidatos ou partidos. Entre os dois extremos estariam duas subcategorias. Os que justificaram suas preferências por referências a interesse de “grupos” (empresariado, trabalhadores etc.) e os que justificaram suas preferências por causa de situações “subjetivas” vividas pelo país na época em que outro partido estava no poder (guerra/paz, prosperidade/recessão).

Os resultados foram que 11,5% estava na categoria dos “ideológicos”, 42% estava na categoria de “grupos”, 24% na de “situação subjetiva” e 22,5% na de “sem referência a questões”. O resultado dessa pesquisa deixou os pesquisadores da escola psicossociológica sem dúvidas sobre a baixa relevância da ideologia na decisão do voto pelo eleitor. Além disso, foi deduzido que o eleitorado apresentava baixíssimo grau de estruturação política. Levando em conta que os eleitores mais estruturados politicamente seriam os ideológicos e com os resultados apontando para tão baixo nível de eleitores ideológicos, ficou claro para estes pesquisadores que o eleitorado norte-americano não pensava a política de modo estruturado, ou seja, no sentido de que as ideias políticas estariam organizadas a ponto de distinguir políticas específicas dos partidos. A sugestão destes pesquisadores, foi considerar a identificação partidária como determinante estrutural do voto.

Deste modo, diferente da proposta de Lipset, para quem os eleitores escolhiam os partidos em função dos interesses de classes que estes representavam, a escola de Michigan que estas escolhas teriam um sentido psicológico, afetivo, não estando necessariamente ligados a conteúdos programáticos ou ideológicos.

Na caracterização da relação do indivíduo com o partido como uma identificação psicológica, nós invocamos um conceito que tem jogado um rol importante e variado nas teorias psicológicas da relação entre indivíduos e de indivíduos com os grupos. Aqui nós usamos o conceito para caracterizar a orientação afetiva do sujeito para um importante objeto grupal no seu ambiente (CAMPBELL *Et al.* 1980 p.121).

Segundo Harrop & Miller (1987, p. 131), para a escola psicossociológica “o eleitor americano aceita os argumentos do partido republicano porque ele é um republicano e não (como a escolha racional entenderia) o contrário”. A identidade partidária seria algo produzido pela história do indivíduo. Transmitida pela família durante seus anos de formação e seria a partir dela que se relacionaria com os elementos

[Digite aqui]

políticos. Assim, a identidade republicana ou democrata que influenciaria na percepção do indivíduo com as relações entre partido e grupos de interesse. Ou seja, “ele não é democrata porque os democratas defendem os trabalhadores. Ele acha que os democratas defendem os trabalhadores porque é democrata” (SINGER. 1999, p. 28).

Após demonstrar a possibilidade de explicar o comportamento eleitoral nos Estados Unidos independente da ideologia, a escola psicossociológica pretendeu demonstrar uma outra tendência do eleitoral que, segundo seus pesquisadores seria uma tendência geral. A tendência de que somente os eleitores mais sofisticados seriam capazes de distinguir ideologicamente os partidos em esquerda-direita e ter ideias com elementos de ligações lógicas entre si e subordinadas a princípios abstratos. A massa do eleitorado, sempre tem sistemas de ideias desestruturadas, ilógicas e concretas. Mesmo analisando dados em outros países como na França, país no qual o eleitorado seria supostamente mais politizado, o resultado foi o mesmo;

Seja como for, os dados não nos dão qualquer motivo forte para acreditar que o cidadão francês está predisposto a formar opiniões políticas que se cristalizem de maneira mais consistente ou que abranjam um espectro mais amplo de itens políticos do que o fazem eleitores americanos de tipo comparável (CONVERSE & DUPEUX. 1966, p. 291 Apud SINGER. 1999, p. 29).

Essas constatações, defendidas pela escola psicossociológica, significaram que as sugestões da escola sociológica e a do modelo espacial da escola econômica, não teriam utilidade alguma como preditoras do voto. Se as massas dos eleitores não conseguem identificar o posicionamento ideológico dos partidos e deles mesmos no contínuo esquerda-direita, então também não vale a pena os partidos e analistas focarem suas estratégias em função dessa distribuição. Ainda assim, houve um co-autor (Stokes 1966) de uma das principais obras da escola de Michigan, o livro *The American Voter*, que admitiu haver uma possibilidade, teoricamente, do modelo espacial ser aplicado em certas situações. Tais situações foram chamadas por Stokes de “ênfase ideológica forte”. Neste caso, os eleitores situariam os partidos em um contínuo reconhecível a partir do posicionamento deles em uma determinada questão.

A tese da identidade partidária, portanto, estaria desprovido de conteúdo e disponível para a manipulação emocional. Este caráter manipulável levou a uma reação dos demais pesquisadores em busca de novos indícios que levassem a resultados menos pessimistas da disputa eleitoral. Uma das mais importantes críticas foi realizada por Key (1968) do instituto Gallup, e que reuniu indícios de que os votos em republicanos e

[Digite aqui]

democratas nas eleições de 1952, 1956 e 1960, esteve relacionada a ideia de capacidade dos partidos em manter a prosperidade econômica e evitar a terceira guerra mundial. Ou seja, estaria mais voltada para questões substantivas do que determinações emotivas.

Por volta de dez anos depois, outra pesquisa (NIE *et al.* 1979) procurou demonstrar que a radicalização da política nas décadas de 1960 e 1970 modificou substancialmente os níveis ideológicos da população eleitoral americana. Os debates se tornaram mais ideológicos do que na década de 1950, em parte por causa do aparecimento de candidatos mais ideologicamente bem definidos e em parte pela emergência de várias questões “mais ideológicas”, tais como a guerra do Vietnã, os conflitos raciais e o movimento estudantil. A conclusão foi que os pesquisadores de Michigan procuraram desenvolver uma teoria sobre o funcionamento da democracia eleitoral, adotando a década de 1950 como espaço temporal suficiente para tal pesquisa. Os achados de Nie, demonstraram uma mudança do nível ideológico entre as décadas analisadas, o que transformou a teoria da escola de Michigan em algo mais próximo de um balanço conjuntural da década de 1950 do que uma teoria geral de comportamento eleitoral.

Posteriormente, Sartori apresenta uma possível saída teórica para o dilema da importância ideológica no comportamento eleitoral. Desenvolvido durante as décadas de 1960 e início de 1970, Sartori publica em 1976 uma obra intitulada *Parties and Party Systems*, onde no capítulo final, enfrenta a questão argumentando que o modelo espacial de Downs e o uso do conceito de ideologia ainda teriam validade, mesmo que incorporando as descobertas da linha psicossociológica.

Seguindo a distinção apresentada por Strokes (1966) entre “foco ideológico forte” e “foco ideológico fraco”, Sartori argumenta que entre o contínuo que vai do voto por questão (voto ideológico forte) ao voto por identificação (voto ideológico fraco), é necessário incluir o “voto por imagem”. Segundo seu argumento, a ideologia não necessita de uma alta sofisticação estrutural para ser aderida pelas massas do eleitorado. Sua formulação não parte da ideia de que a maioria do eleitorado teria um pensamento político logicamente estruturado. Sua análise parte de um composto de que o eleitor adere a um partido pela posição de classe que ele assume, muito embora essa adesão também tenha questões afetivas envolvidas. Deste modo, o “voto por imagem” resolve as situações intermediárias mais frequentes do eleitorado nas quais o voto não é fruto tão somente das posições que os partidos possuem referentes a determinadas questões, assim como também não são puramente resultantes de uma pura identificação psicológica.

[Digite aqui]

Uma imagem é, no meu entender, um vago pacote de políticas e programas condensado numa palavra ou frase, e por ela transmitido. “Bom para os trabalhadores”, ou, ainda melhor, “partido dos trabalhadores” é uma imagem (e não uma questão). Os rótulos liberal e conservador, progressista e reacionário, esquerda e direita exemplificam tipicamente as imagens pelas quais os partidos procuram passar à frente uns dos outros (SARTORI. 1999, p. 360).

Trabalhos posteriores a Sartori, demonstraram a confirmação das suas hipóteses de que a inclinação ideológica do eleitor costuma ser um ótimo preditor de voto.

Geografia do Voto

Em 1937, Herbert Tingsten descobriu através de um estudo de dados eleitorais e sociais agregados por distritos em Estocolmo, que quanto mais domicílios de eleitores da classe trabalhadora num mesmo distrito, maior a probabilidade daquele distrito votar na esquerda. A sua descoberta correlacionava a proporção de domicílios de classe trabalhadora num mesmo distrito e o apoio aos partidos de esquerda. Essa descoberta inaugurava a corrente metodológica de análise estatística de dados eleitorais e sociais agregados (JOHNSON & PATTIE. 2006, p. 47 Apud TERRON. 2009).

De modo semelhante, V.O. Key procurou demonstrar o comportamento diferenciado dos eleitores nos estados do sul dos Estados Unidos por conta, principalmente, de aspectos históricos decorrentes tanto da guerra civil como do racismo e por um fenômeno que ele denominou de *friends and neighbours* (amigos e vizinhos), que se caracterizava pela preferência dos votos sulistas em candidatos locais em comparação aos de outras regiões. Key também trata das mudanças territoriais de apoio partidários, analisando períodos onde houve realinhamentos de bases eleitorais como ocorrido nos Estados Unidos dos anos de 1970 quando o sul democrata começou a mudar em direção aos republicanos.

Quando as teorias explicativas do comportamento eleitoral provenientes das escolas sociológicas e da escolha racional começaram a ser contestadas pela abordagem psicossociológica, os autores de análises geográficas começaram a argumentar em favor da influência dos elementos do meio no qual o eleitor está inserido, sobre sua decisão de voto. Os contextos geográfico e social estariam intimamente ligados. A sugestão desses pesquisadores é que os eleitores de determinada posição social, tem maior probabilidade de votar em determinado partido ou candidato, mas que este apoio pode ser maior em

algumas áreas do que em outras, devido, principalmente, ao impacto do meio no desenvolvimento da consciência local de classe.

Esse argumento aparece claramente no texto de Tingsten (1937), que demonstrou que o apoio da classe trabalhadora ao partido socialista sueco aumentava nos arredores de Estocolmo, onde os membros dessa classe moravam. E também aparecem nos estudos de Key (1949), que demonstrou que muitos indivíduos ganhavam mais apoio em áreas próximas do seu domicílio do que em qualquer outra região do distrito.

Estudos subsequentes procuraram dar continuidade a comprovação da influência de efeitos contextuais no comportamento eleitoral. Kevin Cox (1969) foi um dos pesquisadores para quem a geografia exercia um elemento de influência no seu comportamento eleitoral. Segundo ele, o indivíduo estaria sujeito a uma variedade de circunstâncias baseadas em seu contexto de convivência. O trabalho de Cox continua a influenciar a geografia eleitoral ainda que alguns dos seus pontos tenham sido derrubados por pesquisas mais recentes.

Os estudos sobre os efeitos de vizinhança alcançaram comprovações empíricas da existência de correlação entre participação política e contexto social (HUCKEFELDT apud ETHINGTON & McDANIEL. 2007), mas houve críticas pela confiança em dados ecológicos agregados para fazer inferências individuais. Uma das respostas metodológicas a essas críticas foi dada por Eulau e Rothenberg (1986 apud ETHINGTON & McDANIEL. 2007) que concluíram que a vizinhança, definida por “redes sociais”, ainda que desligada fisicamente de um lugar, influenciavam as escolhas e o comportamento eleitoral dos eleitores. Foi feito, por tanto, uma distinção entre contexto social entendida como espaço vivido de redes sociais do lugar físico com conotação de lugar físico. O contexto social passou a ser entendido como “espaço vivido”.

Outros autores, como Huckefeldt, seguiram esta linha argumentativa e distanciaram-se do sendo concreto de espaço e lugar, do foco geográfico ao analisar as influências do contexto no comportamento eleitoral. Tais análises enfocaram na importância da interação social e do fluxo de informação pelas redes sociais na definição do comportamento políticos os indivíduos.

Houve, deste modo, uma distinção entre os enfoques de pesquisas que avaliavam o contexto social. Enquanto a linha de pesquisa de Cientistas Políticos se mostrou mais propensa à ideia de contexto como espaço vivido de interação social, a linha mais próxima

[Digite aqui]

dos geógrafos políticos, parte da ideia de que o contexto geográfico exerce mais influência do que o espaço vivido no comportamento eleitoral (BURKBANK. 1995; CHO & RUDOLPH. 2008; JOHNSTON & PATTIE. 2006 apud TERRON. 2009).

Existiu, portanto, uma redução em pesquisas voltadas para argumentos da lógica social da política, mas que foi sendo resgatada por autores que encontraram resultados importantes com esse enfoque. Zuckerman (2005) aponta que o comportamento político e a opção eleitoral sempre tiveram uma conexão com a lógica social de interação onde as circunstâncias imediatas dos indivíduos os influenciam no que diz respeito ao que acreditam e fazem sobre política. Os *surveys* que examinavam os indivíduos, mas ignoravam os membros dos seus círculos sociais, tornaram grupos sociais em objetos de identificação individual. As pesquisas eram estruturadas para investigar identificação partidária e percepções dos candidatos em eleições particulares. A introdução da teoria da escolha racional alavancou esta tendência em focalizar a nível individual todos os parâmetros de análise sobre o comportamento eleitoral.

Segundo Zuckerman, a decisão de usar *surveys* de amostragem nacional como fontes únicas de indícios empíricos do comportamento eleitoral, analisando os dados com técnicas estatística e projetadas para explicar os resultados eleitorais sem considerar os círculos sociais, foi uma das grandes razões para a queda na utilização de pesquisas contextuais. As técnicas estatísticas empregadas eram todas aplicadas a informantes independentes pois se membro do mesmo círculo social fosse incluídos na mesma pesquisa, o resultado estaria comprometido. Tais resultados não viabilizavam um entendimento maior do contexto social da política.

Para fazer frente a esta tendência das pesquisas que foram ganhando destaques, um grupo de entusiastas da geografia política desenvolveram importantes trabalhos que procuravam demonstrar que há mais no contexto do que apenas interação social.

“Destacamos os trabalhos de:

Books e Prysby (1991) - o contexto como lugar pode influenciar o voto de quatro maneiras: (a) entendimento das questões, condições e eventos locais, (b) informação política canalizada por condutores geográficos, (c) campanhas locais para mobilização e educação quanto ao voto, e (d) interação social entre vizinhos e dentro de redes sociais.

Burbank (1995) - ao estudar os mecanismos psicológicos do contexto encontrou evidências de que a percepção individual do ambiente é um importante fator causal.

Cho e Rudolph (2007) - encontram evidências de um “contágio espacial” que afeta o comportamento eleitoral e sugerem que, somado à interação social o

contexto espacial, pode agir como um efeito inconsciente ou de “baixa intensidade” que atinge o comportamento eleitoral.

Johnston e Pattie (2005) - encontraram fortes evidências da influência do contexto espacial nos votos no Partido Trabalhista na Inglaterra” (TERRON. 2009, p. 32).

Esses estudos procuraram abordar o contexto como vinculado ao espaço e ao lugar. Neste sentido, o desenvolvimento do conceito de “contexto-como-lugar”, desenvolvido por Agnew (1996a), que enfatizaria a situação geográfica dos eleitores, candidatos e informação, no lugar de atribuir causas universais ao comportamento político.

O apelo chave em favor da teoria social geográfica é que as categorias sociais nacionais não são empiricamente apropriadas, nem teoricamente coerentes, como causas do comportamento eleitoral. As categorias nacionais não podem causar decisões individuais de voto. Causalidade somente pode ser descoberta como mecanismos sociais específicos que traduzem estrutura social em atos individuais e vice-versa (AGNEW. 1990 apud TERRON. 2009, p. 33)

Segundo Agnew, “a desvalorização do espaço nas ciências sociais” e a “desvinculação do espaço de qualquer papel constitutivo em política” tinham que ser revisto enquanto método predominante de pesquisa sobre comportamento eleitoral (AGNEW. 1987 apud TERRON. 2009, p. 33).

Enquanto os pesquisadores da geografia política problematizavam a baixa importância atribuída ao contexto social enquanto espaço físico, muitos autores criticavam os argumentos desses geógrafos políticos, contra argumentando que o efeito de vizinhança seria apenas um “desvio do padrão nacional que define o comportamento eleitoral normal” (AGNEW. 1996, p.1967). Gary King fez pesadas críticas as tentativas de Agnew em argumentar a favor das análises contextuais, afirmando que o contexto enquanto espaço físico raramente contava como influenciadora do comportamento eleitoral.

A alternativa de King [à análise contextual] é individualismo ontológico (e metodológico). A Geografia [segundo King] se refere a como os indivíduos se distribuem espacialmente e são distribuídos em agregados. É um monumento a nossa ignorância que dispersão e agregação limitem as possibilidades de se fazer inferências sobre escolhas e atos individuais. Entretanto, uma vez que descobrimos o que determina as escolhas individuais, não há mais necessidade de se preocupar com isto [a geografia]. Explicação e generalização são o mesmo. Mas o meu ponto é que nós nunca poderemos explicar satisfatoriamente o que move as escolhas e ações individuais a menos que situemos os indivíduos no contexto sócio-geográfico de suas vidas... Em outras palavras, as causas das crenças e ações políticas dos indivíduos são organizadas geosociologicamente. (AGNEW 1996, p.165, apud TERRON. 2009, p. 34)

Segundo Agnew, “padrões de voto por classe não são impostos aos lugares por um processo nacional constante, mas ao contrário, são impostos pelo somatório de uma variedade de processos locais. Ainda que as interações possam ser potencializadas em grande parte pela mobilidade espacial da população e pela penetração da mídia nacional, mesmo assim são construídas sobre contextos sociais locais. (JOHNSTON & PATTIE 2006, p.42 apud TERRON. 2009, p. 35).

O trabalho de Agnew foi, em grande parte, sobre a influência dos contextos geográficos na Itália, onde encontrou importantes indícios para a sua teoria da importância do lugar nas “identidades, valores e preferências que inspiram tipos particulares de ação política”.

Mudanças na Base Eleitoral da Pequena Cidade de Três Rios

Na história eleitoral de Três Rios, é possível verificar que a cidade foi forte base eleitoral do partido PDT durante toda a década de 1990 e que transitou como base eleitoral para o PMDB faz exatamente uma década. As recentes votações tanto para prefeito quanto para governador, deram ao PMDB larga vantagem de votos, garantindo apoio certo na última disputa analisada neste trabalho relativo ao cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2014.

Apesar disso, no início da redemocratização, os candidatos do PMDB foram os preferidos entre os eleitores da cidade até o final dos anos de 1980. Nas eleições estaduais de 1982 e de 1986, a porcentagem dos eleitores da cidade que votaram em um candidato do PMDB foi de 43% em 1982 e 62% em 1986¹. É forte a percepção de que houve uma mudança de base eleitoral. A cidade que começou tendo como preferência os candidatos do PMDB, optaram por passar a apoiar os candidatos do PDT e a partir das eleições de 2004, o PMDB.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para nos ajudar a compreender essas mudanças. Para este trabalho, destaco três: O fator econômico, a imagem de que o governo do estado precisa ser o mesmo que o da prefeitura e, por fim, o vácuo de poder gerado pela queda de Leonel Brizola.

¹ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/TRE, registros administrativos – 1982 a 2010

Primeiramente, o fator econômico teve forte peso em muitas dessas eleições e reeleições. A década de 1980 foi particularmente cruel com a cidade em especial no ano de 1986. Em 1959 se estabeleceu em Três Rios a C.I.S.M. (Companhia Industrial Santa Matilde), principal fonte de trabalho e renda para os moradores da cidade. O estabelecimento desta fábrica, vinda de Minas Gerais, teve uma contribuição não apenas histórica, mas que afetou a cidade de Três Rios profundamente do ponto de vista da economia.

Waldir José de Medeiros prefeito da cidade de 1977 a 1982, conta que o prefeito na época da vinda dessa fábrica, Joaquim José Ferreira, favoreceu a instalação da Santa Matilde com a contribuição dos incentivos fiscais que eram permitidos. “O Pimentel era uma excelente pessoa, pagava tudo direito. A empresa correspondia, em média, 70% do PIB (Produto Interno Bruto) do município”, revela. Contudo, Waldir salienta que a cidade já possuía, nesse período, uma tendência industrial. O prefeito de Três Rios nos anos de 1993 a 1997, Luiz Carlos de Oliveira, ressalta que a Santa Matilde deu um incremento muito bom para a cidade².

A maré econômica virou já no início dos anos de 1980. A cidade que tinha encarado o período militar com grande crescimento econômico, teve graves problemas em sua economia excessivamente dependente da fábrica Matilde e do mercado ferroviário. O fechamento da fábrica em 1986 e a desativação da revê ferroviária federal, foram duros golpes para a cidade que teve sua pior crise desde sua emancipação como município.

Apesar de toda a história gloriosa de empregos, bons salários e aquecimento da economia local, a Companhia sofreu, segundo Fiorelli, com a falta de apoio do governo. Em entrevista ao órgão informativo do Clube de Diretores Lojistas de Três Rios, em 1996, ele afirmou que os governos Moreira Franco e Brizola não tiveram a mínima sensibilidade com a empresa. “Em dezembro de 1986, a C.I.S.M. paralisou suas atividades, quando entrou na pior crise da sua história. Acumulando uma dívida vultuosa, nas áreas trabalhista, tributária, bancária e de fornecedores. Tornando-a totalmente inadimplente e sem condições de participar dos editais de concorrências por mais de dez anos” (REVISTA ON, abr/mai. 2014 - *Conheça a história da Santa Matilde em Três Rios, empresa que contribuiu com o desenvolvimento e declínio econômico da cidade há décadas.* http://www.revistaon.com.br/especialnegocios/materias/12375/amor_odio_e_muita_historia_para_contar).

Os problemas assolaram outra empresa importante da cidade, as indústrias Sola, do setor alimentício, e posteriormente a cidade sofreu novamente com uma queda de

²http://www.revistaon.com.br/especialnegocios/materias/12375/amor_odio_e_muita_historia_para_contar

recursos, com as emancipações de Areal e Comendador Levy Gasparian. A reviravolta veio ao final dos anos de 1990, quando a cidade voltou a crescer em ritmo acelerado.

A economia de Três Rios cresceu 247% entre 1999 e 2009, segundo dados do Produto Interno Bruto computados pelo IBGE. Em 11 anos o PIB per capita cresceu 224%. Descontando a inflação acumulada pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) no período a economia trirriense registrou um crescimento líquido de 120% e o PIB per capita cresceu 97% em um período em que o PIB brasileiro cresceu o acumulado de 33,6%.

Comparando com a inflação acumulada a economia de Três Rios cresceu 94,3% acima do IGP-M do período e o PIB per capita cresceu 76,4% acima da inflação. Comparando com o comportamento do PIB nacional a economia de Três Rios teve um desempenho 635,1% acima do acumulado brasileiro no período enquanto o PIB per capita cresceu 927,5% acima do nacional (<http://entrieriosjornal.com.br/tres-rios/pib-de-tres-rios-cresceu-635-acima-do-pib-nacional-entre-1999-e-2009/>).

Três Rios que já foi um importante polo industrial da região Centro-Sul Fluminense, inteiramente dependente da fábrica Matilde, hoje é uma região de serviços. O setor responde por 75% do PIB regional enquanto a indústria responde por 12%, tributos por 10% e a agropecuária por 3%. Três Rios é o retrato do Centro-Sul Fluminense, uma vez que a participação dos setores na formação do PIB é exatamente a mesma encontrada na média regional (IBGE).

Durante o primeiro mandato do atual prefeito da cidade, a economia deu mais uma alavancada no crescimento. Os incentivos fiscais e atrativos empresariais que o governo municipal passou a distribuir desde fevereiro de 2009, transformaram mais uma vez a cidade. Até o momento 872 empresas mudaram seu endereço para a cidade do interior fluminense, sendo 104 indústrias de médio e grande porte, 92 de pequeno porte e o restante empresas de serviços e comércio. E o fluxo não para. Segundo reportagem que incluiu uma entrevista ao atual prefeito Vinício Farah;

O governo do estado já permitia, desde 2002, 2% de alíquota fiscal (ICMS) para os municípios. A prefeitura de Três Rios resolveu ir além. Estão no pacote de incentivos: isenção total de IPTU por 25 anos, isenção de taxa de obras, redução do ISS a 2%, facilitação do poder público em desapropriar áreas com subsídios habitacionais, criação da Companhia de Desenvolvimento atrelada à Secretaria de Indústria e Comércio, além da desburocratização da relação público e privado.

“O problema é dos outros 43 municípios que sentaram em cima dos 2% dados pelo governo estadual e estão esperando até hoje pelas indústrias. Pensei que isso não seria suficiente e resolvemos entrar na briga dando muito mais”, diz Vinicius Farah (PMDB), prefeito de Três Rios. Ex-jogador de futebol do time de base do Flamengo da década de 70, Farah quer mais. “Estamos fazendo de

Três Rios a capital do interior fluminense”, diz ele, enfatizando que não recebe royalties do petróleo³.

A volta do crescimento econômico, que coincidiu com os governos de prefeitos ligados ao PMDB pode explicar em parte o fortalecimento do apoio ao partido. Os eleitores da cidade que já votavam no PMDB em 1982 (43,2% dos votos validos), e tiveram que assistir a vitória do PDT para o governo do Estado, quando tiveram o péssimo período econômico durante esse governo, intensificaram os seus votos novamente no PMDB em 1986 (62% dos votos validos) como resposta a insatisfação econômica da cidade. O fechamento da fábrica Matilde, que respondia por grande parte da economia da cidade, a economia não teve tempo de se recuperar e novamente a resposta nas urnas castigaram o partido do governador. O PMDB teve uma queda de 62% para 30% dos votos validos em 1990.

O PDT que conseguiu capitalizar a maioria dos votos validos durante a década de 1990, só perdeu essa base de apoio devido aos graves problemas políticos enfrentados por Brizola e também Garotinho. O PDT caiu em todo o Estado e sofreu um duro golpe em sua base eleitoral. Portanto, por mais que o crescimento econômico atual de Três Rios tenha ajudado a estabilizar uma rede de apoio ao PMDB na cidade, os problemas internos do PDT foram fundamentais para esta mudança de base eleitoral.

Minha segunda hipótese sobre esta mudança de base eleitoral, se deve a imagem abstrata de que o partido do prefeito deve ser o mesmo que o do governador do Estado. Num município onde se enfrentava uma grave crise econômica e sua maior fonte de capital e trabalho tinha fechado as portas, a dependência do governo do Estado deve ter se tornado uma forte imagem no imaginário social dos eleitores de Três Rios.

Esta hipótese está embasada naquilo que Sartori argumenta sobre o papel da imagem na ideologia. O “voto por imagem” seria neste caso, a ideia abstrata de que sendo o Prefeito do mesmo partido que o Governador do Estado, o município em questão teria maiores facilidades para o seu desenvolvimento, já que seria mais assistido pelo governo central. Tal ideia não precisa de uma comprovação empírica para embarcar no imaginário social. É neste sentido que chamo de “voto por imagem”, tendo em vista que a ideologia para ter papel forte aqui.

³ <https://portoimagem.wordpress.com/2011/11/24/polo-industrial-de-tres-rios-incentivos-atraem-872-empresas-a-cidade-fluminense/>

Um prefeito do mesmo partido que o Governador, significaria mais facilidades para crescimento. Infelizmente não tenho dados de surveys para comprovar empiricamente esta hipótese, via pensamento individual dos eleitores. Contudo, minhas análises sobre as votações para prefeitos e governadores na cidade de Três Rios, demonstrou uma forte correlação dos votos. As duas únicas vezes em que a vitória eleitoral no município não coincidiu com a do Estado ocorreram nas eleições de 1982 e 1994. No caso de 1982, o prefeito naquele ano foi José Francisco Sobrinho. Não foi possível encontrar dados sobre qual partido ele pertencia, mas verifiquei que posteriormente ele se elegeu para o município de Areal pelo PSDB e recentemente faz parte do PMDB de Juiz de Fora. Todos os dois municípios são vizinhos de Três Rios.

Admitindo que José Francisco se elegeu pelo PMDB, fica explicado o porquê do PMDB ter ganho as eleições no município de Três Rios com 43% dos votos validos, ainda que pelo estado o PMDB tenha obtido apenas 22% dos votos validos e tenha perdido a eleição para o PDT com 34% dos votos validos. Por outro lado, o PSDB só foi criado no ano de 1988. Antes, portanto, das eleições de 1982 e ainda que José Francisco tenha migrado para este partido para concorrer ao município de Areal, faz um mínimo senti pelo fato de que o PSDB foi criado a partir de dissidentes do PMDB.

Portanto, se for verdade que o prefeito de Três Rios era do PMDB, começamos as votações de governador com uma forte correlação de transferência de votos. Na eleição seguinte em 1986, o PMDB obteve novamente votos expressivos de Três Rios (62%) e dessa vez o seu candidato foi eleito Governador. Na eleição seguinte para prefeito, elegeu-se uma figura conhecidíssima da cidade e que já havia sido prefeito local, Alberto Lavinas do PDT. Relembrando que o ano de 1986, foi o ano de pior crise econômica na cidade, com o fechamento da fábrica Matilde e considerando que o governo do PMDB não melhorou as coisas para a cidade, na eleição seguinte, em 1990 o PDT passaria a receber a maioria dos votos, elegendo mais uma vez um governador do mesmo partido que o prefeito. Ainda não é claro o porquê de a cidade não ter eleito um prefeito do PMDB ao invés de Alberto Lavinas no PDT⁴. O fato é que tão logo o prefeito era do PDT, os votos

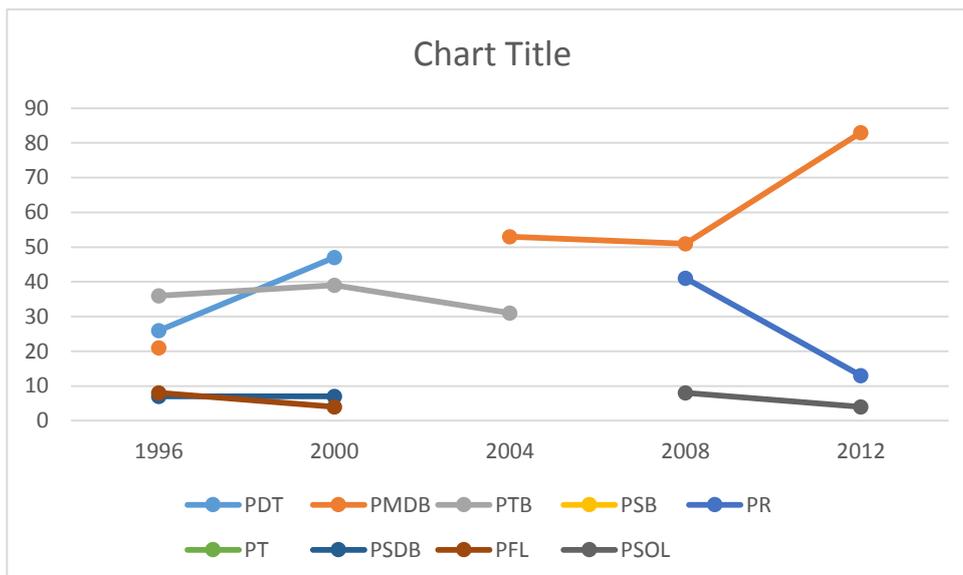
⁴ Algumas hipótese devem ser testadas. Poder ser que não houvesse candidato do PMDB naquele ano. Ou Alberto Lavinas fosse uma figura de carisma mais elevado do que o peso atribuído ao tipo de partido que ele se candidatava.

para governador do Estado também eram direcionados para o PDT. Nas eleições seguintes de 1992, tudo indica que o prefeito eleito era também do PDT⁵.

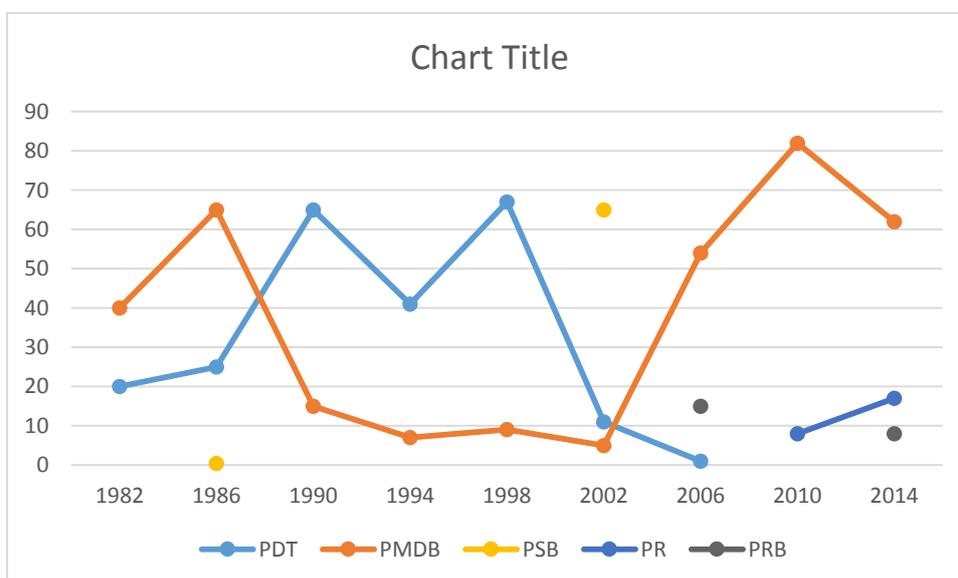
No ano de 1994, seguindo o padrão de transferência de votos do prefeito para o governador, o candidato a governador pelo PDT ganhou uma vez mais pelo município de Três Rios, só que do mesmo modo que em 1982 ele não foi eleito. É interessante notar que na eleição seguinte a prefeitura da cidade, o PDT obteve derrota e a oposição ganhou. Como esses dados demonstram, existe um mínimo padrão de transferência de apoio eleitoral do prefeito para o governador e do governador para o prefeito, salvo casos especiais como as do ex-prefeito Alberto Lavinias que mesmo não sendo do mesmo partido que o governador, conseguiu não só se eleger, como ainda ajudou no apoio eleitoral ao seu partido nas eleições para governador seguinte. Quando em 1994 o candidato a governador pelo PSDB foi eleito sem o apoio dos eleitores de Três Rios, a eleição municipal seguinte deu a oposição a chance de se eleger.

Nas eleições municipais de 2000, o candidato a prefeito pelo PDT foi eleito, mas antes o candidato a governador pelo PDT nas eleições de 1998, também conseguiu a vitória. Foi a partir dessas eleições que o racha entre o Brizola e o então governador Garotinho se acirraram a ponto do Garotinho deixar o PDT. Nas eleições de 2002 sua esposa foi eleita pelo PSB e o então prefeito de Três Rios migrou sua filiação do PDT, agora com sérios problemas internos, para o PMDB, que surgia como o partido capaz de ocupar o espaço deixado pelo PDT. Desde então, das eleições de 2004, o PMDB ganha no município e no Estado. O vácuo deixado pela queda do PDT enquanto partido central no Estado do Rio de Janeiro, foi aproveitado pelo PMDB que ocupou com muita habilidade o espaço deixado. Configurando em minha terceira hipótese sobre o motivo da mudança de base eleitoral na cidade de Três Rios. Os gráficos abaixo demonstram essa mudança de base eleitoral. No primeiro gráfico, situei as eleições municipais de 1996 até 2012, com as porcentagens de votos obtidos pelos candidatos e seus respectivos partidos.

⁵ Uma vez mais não foi possível obter tais dados pois eles ainda não se encontram digitalizados e faz se necessário um pedido por e-mail justificando a necessidade dos dados. Ainda não obtive os dados que solicitei. Mas tudo me leva a crer que o prefeito eleito naquele ano, Luiz Carlos de Oliveira, era do PDT, tendo em vista que ele já se candidatou a deputado federal pelo PDT.



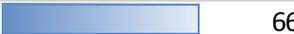
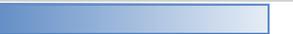
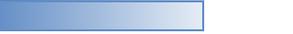
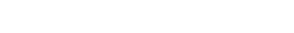
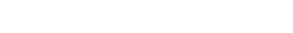
Como é possível averiguar, o PMDB assumiu os votos do PDT e ainda ampliou esses votos até chegar aos incríveis 83% de aprovação. Enquanto que na oposição, o PR substituiu o PTB, muito embora tenha tido um grande declínio nas eleições de 2012. No gráfico seguinte são analisados os resultados eleitorais dos candidatos a governadores do Estado do Rio, no município de Três Rios.



Aqui é possível verificar o vácuo assumido pelo PMDB com a queda do PDT, retomando sua antiga posição de apoio na cidade. O PSB como um fenômeno isolado e o PR, diferente do que aconteceu no resultado final das eleições, tendo mais apoio que o PRB.

A tabela da página seguinte, reúne os resultados para as eleições de governador tanto no total dos votos validos do Estado, quanto do município de Três Rios.

[Digite aqui]

1982	Candidatos a Governador	porcentagens no Estado	porcentagens em Três Rios
	Leonel Brizola (PDT)	 31	 10
	Moreira Franco (PDS)	 22	 38
	Miro teixeira (PMDB)	 11	 43
	Iysâneas Maciel (PT)	 3	 2,4
1986			
	Moreira Franco (PMDB)	 49	 62
	Darcy Ribeiro (PDT)	 35	 23
	Fernando Gabeira (PT)	 9	 11
1990			
	Leonel Brizola (PDT)	 61	 64
	Jorge Bittar (PT)	 18	 12
	Nelson Carneiro (PMDB)	 14	 30
	Ronaldo César Coelho (PSDB)	 8	 10
1994			
	Marcelo Alencar (PSDB)	 37	 26
	Anthony Garotinho (PDT)	 30	 41
	Newton Cruz (PDS)	 14	 13
	Jorge Bittar (PT)	 11	 10
	Milton Gonçalves (PMDB)	 5	 7
1998			
	Anthony Garotinho (PDT)	 47	 69
	Cesar Maia (PFL)	 34	 20
	Luis Paulo da Rocha (PSDB)	 16	 9
2002			
	Rosinha Matheus (PSB)	 51	 65
	Benedita da Silva (PT)	 24	 18
	Jorge da Silveira (PDT)	 14	 11
	Solange Amaral (PFL)	 9	 5
2006			
	Sérgio Cabral (PMDB)	 41	 54
	Denise Frossad (PPS)	 24	 20
	Marcelo Crivella (PRB)	 18,5	 15
	Vladimir Palmeira (PT)	 8	 7
	Eduardo Paes (PSDB)	 5	 3
2010			
	Sérgio Cabral (PMDB)	 66	 82
	Fernando Gabeira (PV)	 21	 9
	Fernando Peregrino (PR)	 11	 8
2014			
	Pezão (PMDB)	 40	 62
	Marcelo Crivella (PRB)	 20	 8
	Anthony Garotinho (PR)	 19,73	 17
	Lindberg Farias (PT)	 10	 7

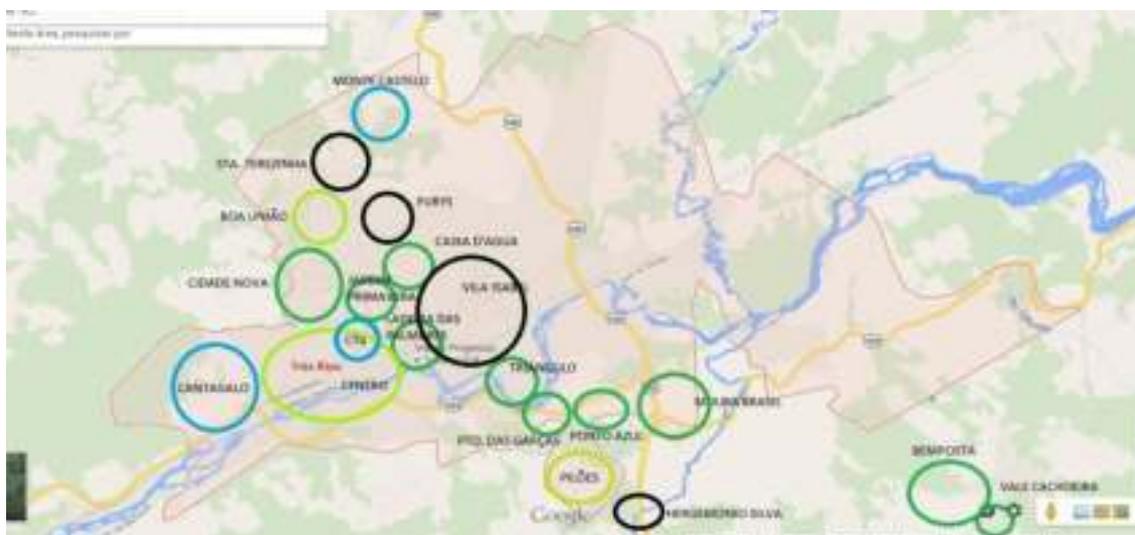
O Gráfico seguinte foi para governador e somente no centro nenhum candidato obteve mais de 50%.

GRAFICO II – ELEIÇÕES ESTADUAIS 2006



No terceiro gráfico, os mesmos padrões observados em 2004 aparecem. A cor azul clara substitui o vermelho para representar a mudança na oposição do PTB para o PR. O subúrbio votando na oposição e o Centro votando na situação. Com a pequena diferença que tanto no Centro, como no bairro Vila Isabel a disputa foi um pouco mais acirrada. Ambos os bairros são os mais populosos e tem proximidades muito grandes territorialmente. Embora o centro seja elitizado e Vila Isabel menos elitizado. São ambos bairros centrais e onde se concentra o grosso do eleitorado.

GRAFICO III – ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008



[Digite aqui]

Nas demais eleições analisadas, as de 2002, 2010, 2012 e 2014, o candidato vencedor obteve larga maioria em todos os bairros. É possível supor que nas eleições municipais de 2016, a oposição representada pelo PR, possa novamente fazer aparecer diferenças geográficas de voto entre subúrbio e centro. Mas devido ao sucesso do atual prefeito, também é possível que sua propaganda eleitoral em prol do próximo candidato do PMDB, consiga ao menos a mesma quantidade de votos que o governador Pezão obteve.

Eleições	Municipais			Estaduais	votos no estado	votos em tres rios
1996	PTB		36%	1994	PDT	
	PDT		26%		PSDB	
	PMDB		21%		PSD	
	PFL		8%		PT	
	PSDB		7%		PMDB	
	PL		3%			
2000	PDT		47%	1998	PDT	
	PTB		39%		PFL	
	PSDB		7%		PSDB	
	PFL		4%		PPS	
	PRP		2%			
2004	PMDB		53%	2002	PSB	
	PTB		31%		PT	
	PP		17%		PDT	
					PFL	
2008	PMDB		51%	2006	PMDB	
	PR		41%		PPS	
	PSOL		8%		PRB	
					PT	
					PSDB	
					PDT	
					PSOL	
2012	PMDB		83%	2010	PMDB	
	PR		13%		PV	
	PSOL		4%		PR	
					PSOL	
				2014	PMDB	
					PRB	
					PR	
					PT	

Bibliografia

Agnew, J., 1996a. Mapping politics: how context counts in electoral geography. *Political Geography*, 15(2), 129-146.

Agnew, J., 1996b. Maps and models in political studies: a reply to comments. *Political Geography*, 15(2), 165-167.

Burbank, M., 1995. The psychological basis of contextual effects. *Political Geography*, 14(6-7), 621-635.

Campbell, A. et al., 1960. *The American Voter*, New York: John Wiley.

Carraro, A. et al., 2007. "É a economia, companheiro!": uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais. In *Ibmec MG Working Paper*. MG. Available at: <http://ceae.ibmecmg.br/wp/wp41.pdf>.

Carreirão, Y.S., 2002. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*, Rio de Janeiro: FGV.

Cho, W.K.T. & Rudolph, T.J., 2008. Emanating Political Participation: Untagling the Spatial Structure Behind Participation. *British Journal of Political Science*, 38(02), 273 - 289. Available at: http://cho.pol.uiuc.edu/wendy_papers.

Ethington, P.J. & McDaniel, J.A., 2007. Political Places and Institutional Spaces: The Intersection of Political Science and Political Geography. *Annual Review of Political Science*, 10(1), 127-142.

Huckfeldt, R., Johnson, P. & Sprague, J., 2005. Individuals, dyads, and networks: autoregressive patterns of political influence. In *The Social Logic of Politics: Personal Networks as Contexts for Political Behavior*. Philadelphia: Temple University Press, pp. 21-50.

Hunter, W. & Power, T.J., 2007. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. *Latin American Politics & Society*, 49(1), 1-30.

Johnston, R., 2006. Electoral Geography. In B. Warf, org. *Encyclopedia of Human Geography*. Sage Publications.

Johnston, R., 2003. Geography and the Social Science Tradition. In S. L. Holloway, S. P. Rice, & G. Valentine, orgs. *Key Concepts in Geography*. Sage Publications, pp. 51-71.

Johnston, R. & Pattie, C., 2006. *Putting Voters in Their Place: Geography and Elections in Great Britain*, USA: Oxford University Press.

Johnston, R. & Pattie, C., 2005. Putting voters in their places: local context and voting in England and Wales, 1997. In A. S. Zuckerman, org. *The Social Logic of Politics:*

Personal Networks as Contexts for Political Behavior. Philadelphia: Temple University Press, pp. 184-208.

Key, V.O., 1955. A Theory of Critical Elections. *Journal of Politics*, 17, 3-18.

Key, V.O., 1949. *Southern Politics in State and Nation*, New York: Alfred A. Knopf.

Kim, J., Elliot, E. & Wang, D., 2003. A spatial analysis of county-level outcomes in US Presidential elections: 1988-2000. *Electoral Studies*, 22(4), 741-761.

King, G., 1996. Why context should not count. *Political Geography*, 15(2), 159-164.

Lazarsfeld, P., Berelson, B. & Gaudet, H., 1944. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*, New York: Columbia University Press.

Lipset, S.M. & Rokkan, S., 1967. *Party Systems and Voting Alignments*, New York: The Free Press.

Nicolau, J., 2004a. *História do voto no Brasil* 2nd ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Nicolau, J., 2004b. The October 2002 elections in Brazil. *Electoral Studies*, 23(2), 338-345.

Nicolau, J. & Peixoto, V., 2007a. As Bases Municipais da Votação de Lula em 2006. *Cadernos do Fórum Nacional*, 6. Available at: <http://forumnacional.org.br/sec.php?s=521&i=pt&cod=CF0006>.

Nicolau, J. & Peixoto, V., 2007b. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. In *Encontro Anual da ANPOCS*, 31. Caxambu-MG.

O'Loughlin, J., 2003. Spatial Analysis in Political Geography. In J. Agnew, K. Mitchell, & G. Toal, orgs. *A Companion to Political Geography*. Oxford, UK: Blackwell, pp. 30-46. Available at: http://www.colorado.edu/ibs/pec/johno/pub/Companion_to_Pol_Geog_2003.pdf.

Rudelle, O., 1978. *Aux origines de l'instabilité constitutionnelle de la France républicaine: la République absolue, 1870-1889*. Thèse d'Etat: Science Politique. Institut d'études politiques.

Siegfried, A., 1949. *Géographie électorale de l'Ardèche sous la 3e République*, Paris: Colin.

Siegfried, A., 1947. *Le Développement économique de l'Amérique latine*, Paris: SPID.

Siegfried, A., 1995. *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République*

Soares, G.A.D. & Terron, S.L., 2008. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, 14(2), 269-301.

[Digite aqui]

Zucco, C., 2006. A governabilidade num segundo governo Lula. In Primeiro Encontro da Associação de Ciência Política do Uruguay (AUCIP), Montevideo.

Zucco, C., 2008. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. *Journal of Latin American Studies*, 40(01), 29-49.

Zuckerman, A. org., 2005. *The Social Logic of Politics*, USA: Temple University Press.